



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - COCIC

CURSO: Ciências Contábeis

Turno: Noturno

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Currículo 2015	Unidade curricular AUDITORIA DE TRIBUTOS		Departamento DECAC
Período 8 ^o	Carga Horária		Código CONTAC
	Teórica 66-72	Prática	
Tipo 1	Habilitação / Modalidade Bacharelado / Presencial	Pré-requisito Laboratório Contábil	Co-requisito Não tem

EMENTA

Capacitar os discentes a realizarem uma análise centrada no processo de planejamento e implementação do trabalho de auditoria de tributos. Dessa forma, pretende-se desenvolver habilidade técnicas para a auditoria independente, auditoria interna de empresas privadas e de órgãos de Fiscalização de tributos federais e estaduais. Modelos dos principais instrumentos de trabalho de uma auditoria de tributos, revisão de procedimentos fiscais; programa de auditoria fiscal; questionário de auditoria de tributos, modelos de relatório de auditoria para eliminar contingências tributárias e possibilitar a redução do ônus fiscal.

OBJETIVOS

Possibilitar aos discentes a compreensão sobre o processo de planejamento e implementação do trabalho de auditoria de tributos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Contextualização	11. Levantamento de dados necessários para a elaboração do programa de uma auditoria de adições e exclusões.
2. Auditoria fiscal e a pessoa do auditor	12. Roteiro básico de auditoria de Estimativa Mensal (LR) - suspensão e/ou redução
3. Principais obrigações da auditoria tributária	13. Compensação de prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da CSLL.
4. Fatores tributários propulsores de grande tormenta. Sonegação, Fraude, Conluio, contrabando e descaminho	14. Distribuição antecipada de lucros. Juros remuneratórios sobre o capital próprio
5. Avaliação do Risco Tributário	15. Auditoria Digital no SPED
6. Técnicas Metodológicas Adotadas na Auditoria de Tributos. Planejamento e Implementação do trabalho de Auditoria de Tributos.	16. Evasão Fiscal, corrupção, lavagem de dinheiro e <i>enforcement</i> de combate
7. Auditoria de empresas no Simples Nacional	17. O impacto do SPED nos custos de conformidade tributária dos contribuintes
8. Auditoria de empresas do Lucro Presumido	18. A importância da auditoria trabalhista e previdenciária como forma de prevenção de riscos fiscais
9. Plano anual de fiscalização. O Sistema público de escrituração digital e os seus reflexos na arrecadação tributária	19. Malha Fiscal: Controles, Riscos e Cruzamento de dados
10. Levantamento de dados necessários para a elaboração do programa de uma auditoria de Lucro Real referente ao IR, CSLL, PIS, COFINS.	20. Auditoria fiscal da RFB
	21. Melhoria do Ambiente de Negócio

METODOLOGIA E RECURSOS AUXILIARES

Metodologia: Cada assunto previsto será tratado a partir de exposições teóricas, demonstrações das regras e normas regulamentares (contábeis e operacionais), além de solução de casos práticos, mediante exposições e exercícios avaliativos. A participação do aluno será imprescindível: Leitura antecipada dos textos indicados para cada aula (obrigatória); solução de exercícios e/ou casos - simulação de operações, modelagem de cenários.

Recursos auxiliares: Quadro de giz, projetor, recursos de multimídia e periódicos.

**A disciplina contará com a utilização de 20% da carga horária total de aulas à distância, nas quais serão desenvolvidas por meio de aulas assíncronas, leitura de textos e artigos científicos, bem como resolução de exercícios. Para tanto, será utilizado o Portal Didático da UFSJ. Este portal também será utilizado para postar materiais aos alunos e para comunicações com o professor.*



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - COCIC

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Provas	70 pontos – individual
Trabalho	20 pontos – grupo
Exercícios	10 pontos – individual
Total.....	100 pontos

- ✓ A nota de cada avaliação e a nota final da unidade curricular são contabilizadas no Diário Eletrônico na escala de 0 (zero) a 10 (dez).
- ✓ Estará aprovado o aluno que obtiver pontuação mínima de 60 pontos e Assiduidade mínima de 75%.
- ✓ A pontualidade e presença no ambiente virtual de aprendizagem é fator imprescindível para o aproveitamento do curso.
- ✓ A presença será ponderada pela realização de cada uma das atividades avaliativas (incluindo a prova, os trabalhos e exercícios).
- ✓ As datas da prova e dos trabalhos podem ser alteradas de acordo com o andamento do programa e as alterações, se houver, serão comunicadas – previamente – por meio do ambiente virtual de aprendizagem).
- ✓ Haverá exercício realizado em sala de aula, resumos de textos, cases, e exercícios resolvidos extraclasse com data definida para entrega. Os exercícios não serão aceitos fora do dia programado.
- ✓ **A programação da unidade curricular pode ser alterada sempre precedida de comunicação prévia, via Portal Didático.**
- ✓ Para os alunos que não conseguirem o mínimo para aprovação, será aplicada uma **avaliação substitutiva** ao final do período com todo o conteúdo apresentado da disciplina, que substituirá a menor nota dentre as avaliações. Contudo a substitutiva será oferecida somente para os alunos frequentes e que obtiverem pontuação entre 4,0 e 5,9 pontos na soma de todas as atividades. Essa prova contemplará todo o conteúdo do semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12529.htm

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm

BRASIL. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria fiscal e tributária. 2. São Paulo Saraiva 2019 1 [recurso online ISBN 9788553131921].

PADOVEZE, C. L.; BERTASSI, A. L; CILLO, A. R., CILLO, G. C.; NAZARETH, L. G. C. Contabilidade e Gestão Tributária: Teoria, Prática e Ensino.

PÊGAS, P. H. Manual de Contabilidade Tributária. 9a. ed. – Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019. 600p. [657:336.2 P376m (CTAN)]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 377 p. CTAN. [657:336.2 / M294 / 10.ed.]

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade tributária. 3.ed.rev.atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 296 p. CTAN. [657:336.2 / O48c / 3.ed.rev.atual.

Assinatura do Professor

Data: ___/___/___

Assinatura do Coordenador

Data: ___/___/___